

Questão indígena durante o Império brasileiro

Ao longo da colonização portuguesa, os indígenas foram obrigados a adotar a cultura dos colonizadores, sofreram perseguições e muitos foram exterminados. Todo esse processo se acentuou durante o Período Imperial brasileiro.

José Bonifácio, um dos idealizadores da emancipação política do Brasil, pregava a necessidade da formação de um país "moderno e civilizado". Para isso, haveria a necessidade de abolir de forma gradual o trabalho escravo e promover a "civilização" dos indígenas. A ideia era formar indivíduos capacitados para trabalhar na construção de uma economia forte.

As questões pertinentes aos indígenas ficaram de fora do texto constitucional de 1824.



interpretando documentos

Em 1823, na instauração da Assembleia Constituinte, ocorreu intensa discussão a respeito dos destinatários da Constituição de 1824. Ela seria elaborada para todos os membros da sociedade brasileira ou apenas para os cidadãos brasileiros? Leia a seguir o pronunciamento do deputado Manuel José de Souza França sobre o tema.

Nós não podemos deixar de fazer esta diferença ou divisão de brasileiros, e cidadãos brasileiros. Segundo a qualidade da nossa população, os filhos dos negros, crioulos, captivos, são nascidos no território do Brasil, mas todavia não são cidadãos brasileiros.

Devemos fazer esta diferença: brasileiro é o que nasce no Brasil, e cidadão brasileiro é aquele que tem direitos civicos. Os índios que vivem nos bosques são brasileiros, e comtudo não são cidadãos brasileiros, emquanto não abraçam a nossa civilização. Convém por consequencia fazer esta diferença por ser heterogenea a nossa população.

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Assembléa Constituinte. 1823. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/franca_23091823>. Acesso em: 15 nov. 2019.

De acordo com o documento, responda às questões.

1 A quem foi destinado o texto constitucional de 1824?

O texto constitucional foi elaborado para os brasileiros "civilizados" e com direitos civicos.

2 Como os indígenas, negros, mestiços e escravizados eram vistos pelos integrantes da Assembleia Constituinte de 1823?

Eles eram vistos como integrantes da sociedade brasileira, porém sem direito a participar das decisões políticas do novo país emancipado.

O povoamento do interior do Brasil, o estabelecimento de lavouras, como a do café, e o crescimento da pecuária geraram a necessidade de mais terras. Essas terras, muitas vezes ocupadas por grupos indígenas, deveriam ser tomadas e disponibilizadas para o progresso. Os grupos que nelas habitavam foram destinados a aldeamentos em terras devolutas ou se integraram como trabalhadores para os novos donos.

Em vista dessa realidade, os debates sobre a maneira de tornar os indígenas "cidadãos integrados à sociedade brasileira" continuaram e, em 1845, foi aprovado o **Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios**, determinando a formação de aldeamentos nos quais os indígenas receberiam ensinamentos religiosos de missionários capuchinhos italianos. O documento impôs o prazo de três anos para a efetivação das missões.

O Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios foi identificado como Decreto nº 426, de 24 de junho de 1845. O objetivo era manter os indígenas em missões, sob a supervisão de um diretor-geral, nomeado pelo Imperador para cada província, e com o acompanhamento de religiosos vindos da Itália.

Em cada aldeamento, haveria um diretor de aldeia e mais alguns funcionários. Essas medidas foram tomadas tendo em vista o processo de modernização pelo qual passou o Brasil, especialmente durante o Segundo Reinado (1840-1889). A formação de uma mão de obra nacional e a disponibilização das terras indígenas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris eram os grandes objetivos motivadores da elaboração de tal documento.

É evidente que o desejo do governo imperial era submeter os indígenas a um "processo civilizatório", além de ter controle sobre as populações que passaram a viver nos aldeamentos ou fora deles, uma vez que os diretores de aldeia eram obrigados a reportar ao governo imperial a existência de comunidades indígenas "autônomas" próximas.

Observe na tabela a distribuição da população indígena nas províncias.

Fonte: SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRÜNBERG, Koeb; SALLER, Ricardo. O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 194.



EHRENREICH, Paul. Índios da região do rio Araguaia, 1894. Instituto Moreira Salles/Leibniz Institut für Länderkunde.

POPULAÇÃO INDÍGENA NAS PROVÍNCIAS: DISTRIBUIÇÃO POR ALDEIAS E ÁREAS DE TERRAS			
Província	Nº de aldeias	Nº de Índios	Terras (léguas quadradas)
Alagoas	8	4527	4
Amazonas	4	-	-
Bahia	30	5178	18
Espírito Santo	1	70	-
Maranhão	10	3767	-
Minas Gerais	1	1000	-
Pará	6	3138	-
Paralba	4	233	17
Paraná	1	441	-
Rio Grande do Norte	4	-	-
Rio Grande do Sul	6	1212	-
São Paulo	2	488	-
Total	77	20054	39

A promulgação da Lei de Terras em 1850, que tinha por objetivo organizar a ocupação fundiária e sua disponibilização aos imigrantes, apenas comprometeu ainda mais a situação dos indígenas. Sobre esse assunto, leia o fragmento a seguir.

A Lei de Terras de 1850 que tinha como objetivo promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra tornou terras públicas as inúmeras parcelas do território ocupado por índios de grupos distintos. As denominadas terras devolutas eram passíveis de serem adquiridas por compra de particulares. Assim, o processo de apropriação dos territórios do interior envolveu, em um primeiro momento, escolhas sobre como extrair los aos diferentes grupos indígenas e, posteriormente, garantias de que as reivindicações e lutas indígenas contra essas invasões fossem eliminadas.

DORNELLES, Sérgio Sales. *A questão indígena e o Império*. Índios, terra, trabalho e violência na província paulista, 1845-1891. Campinas: [s.n.], 2017.

Construção do Estado brasileiro

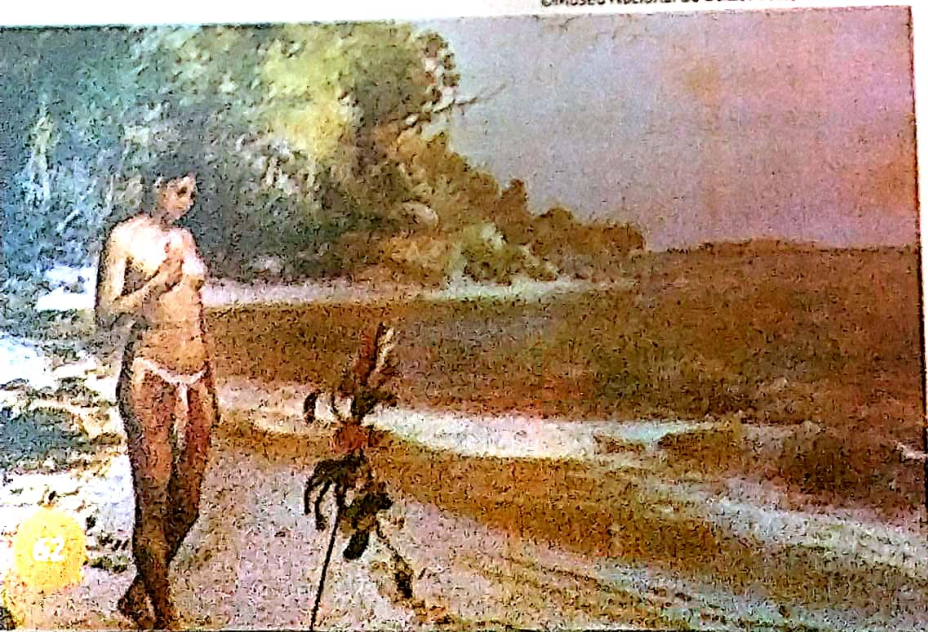
O Brasil se constituiu como nação independente em 1822. Esse início do século XIX foi marcado pelo nacionalismo e pelo romantismo que saudava os heróis e os traços culturais do país. Eram valorizados os povos, os símbolos nacionais, a história, a fauna e a flora, etc.

Nesse contexto, o Brasil buscava construir sua identidade. Tendo em vista a terra de tamanho continental e o povo de inúmeras origens e culturas, houve a necessidade de buscar um elemento que representasse a todos e diferenciasse o Brasil dos demais Estados. O indígena foi o elemento idealizado e escolhido.

A "escolha" decorreu do fato de que os indígenas eram o povo nativo das terras brasileiras e estavam, de certa forma, à margem da sociedade colonizadora. Assim, era mais fácil idealizá-lo como elemento representativo do Estado brasileiro.

O desejo de construção da identidade nacional levou o Imperador a se aproximar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Imperial de Belas Artes com o objetivo de formar artistas e escritores que representassem o país. Era necessário criar uma elite intelectual que valorizasse as peculiaridades do Brasil. Esse foi o período do indigenismo romântico. Nele, o indígena era visto como forte e corajoso. Como exemplo de obras do período, podemos citar *O Guarani* e *Iracema*, do escritor José de Alencar.

©Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro



Os escritores Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Norberto de Sousa e Silva, o pintor Manuel de Araújo Porto-Alegre e o historiador Adolfo de Varnhagen também contribuíram para a produção intelectual do período.


MEDEIROS, José Maria. *Iracema*. 1884. Óleo sobre tela, 168,3 cm x 255 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

Era preciso também elaborar uma explicação para o fato de o Brasil ser uma monarquia em uma América liberta e republicana. Nossa emancipação política foi feita com a manutenção da família Orleans e Bragança no poder. Com esse intuito, Francisco Adolfo de Varnhagen, militar, diplomata e historiador brasileiro, publicou uma obra na qual enaltecia a segurança e a estabilidade de nossa monarquia em comparação com a instabilidade das repúblicas americanas.



organizando a história

9 Gabarito.

-  A respeito da construção do Estado brasileiro, responda no caderno às questões a seguir.
- 1 Por que o indígena foi escolhido como elemento de representação do Estado brasileiro?
 - 2 De que maneira a construção do Estado brasileiro mesclou elementos da cultura popular com a erudição?

Questão religiosa

Além da oposição do exército, dos republicanos e dos abolicionistas, o governo de D. Pedro II ainda entrou em conflito com a Igreja Católica. A Constituição 1824 estabeleceu como religião oficial do Brasil o catolicismo. Assim, surgiu uma aliança entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, que recebeu a denominação de **padroado**.

De acordo com o padroado, o Imperador tinha poder para indicar candidatos a bispos e autorizar ou vetar o cumprimento das determinações papais no território brasileiro. Os bispos e párocos eram considerados funcionários públicos.

Durante o Império, as relações entre o Estado brasileiro e o clero católico eram cordiais. Entretanto, no ano de 1864, o papa Pio IX lançou a *Bula Syllabus*, que determinava a excomunhão de todos os católicos ligados à maçonaria.

A maçonaria contava com muitos adeptos no Brasil. Dessa forma, quando o papa Pio IX lançou a *Bula Syllabus*, esperava-se que ela não fosse cumprida em nossas terras. Porém, em 1873, os bispos D. Vital, de Olinda, e D. Antônio Macedo, de Belém, ordenaram a expulsão de todos os maçons das ordens e congregações religiosas, ameaçando fechar as instituições que não cumprissem a determinação.

O governo imperial, em auxílio aos que solicitaram apoio contra a ordem dos bispos, determinou que D. Vital e D. Antônio fossem presos. Eles foram julgados e condenados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados. Dois anos depois, esses bispos foram perdoados pelo Imperador.

O conflito com a Igreja Católica custou ao governo imperial a oposição por parte de integrantes do clero e também de católicos que consideraram a atitude desrespeitosa com a Igreja. Ocorreu o aumento das críticas em relação à monarquia e a ampliação do apoio à república.

Questão militar

D. Pedro II, a partir de 1870, foi criticado por seus opositores e acusado de ser um governante omissivo e desinteressado dos problemas brasileiros. Além disso, suas inúmeras viagens ao exterior – que chegavam a durar meses – aumentaram os clamores pela implantação de um governo republicano no qual fosse possível maior participação dos brasileiros.



Como legenda para a caricatura, foi publicado o texto: "El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sono da indiferença. Os jornais que diariamente trazem os desmandos desta situação parecem produzir em Sua Majestade um efeito de um narcótico".

©Angelo Agostini

AGOSTINI, Angelo. *D. Pedro "lê e analisa" as grandes notícias*. 1871. Inst. Est. Bras. da USP, São Paulo.

Além das críticas à postura do Imperador, os militares brasileiros, que, durante a Guerra do Paraguai, conviveram com oficiais de países republicanos, como a Argentina e o Uruguai, passaram a defender a adoção da república também no Brasil.

O desejo de implantação dessa nova forma de governo levou à fundação do Partido Republicano em 1870, a partir de uma dissidência do Partido Liberal. Em 1872, foi fundado o Partido Republicano Paulista e, até 1889, se formaram mais de 237 clubes republicanos em todo o país.

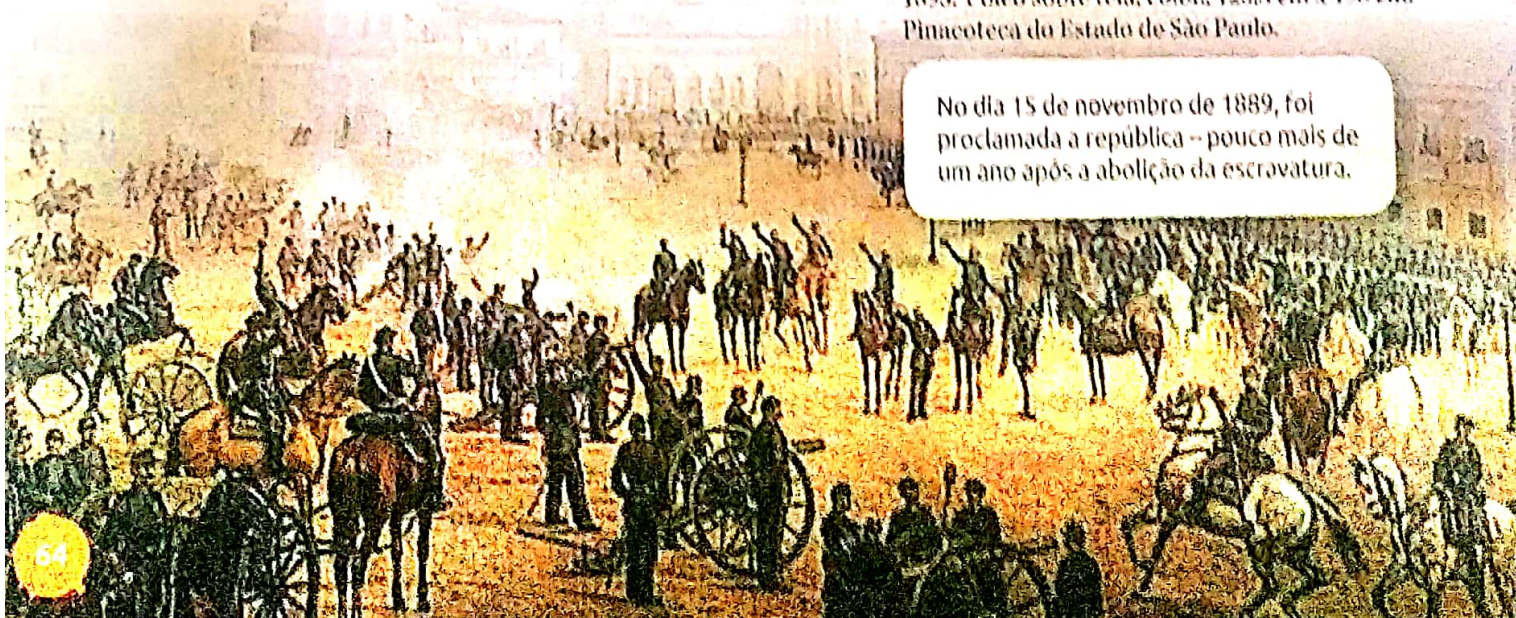
Em junho de 1889, tomou posse o último ministério de D. Pedro II. Chefiado por Visconde de Ouro Preto, o ministério falhou em suas tentativas de restabelecer as bases da monarquia. Falava-se que o Visconde pretendia prender alguns oficiais do exército, visando diminuir a campanha contra o governo de D. Pedro II.

Temerosos de que os boatos se concretizassem, os militares se reuniram e deram um golpe, tirando Visconde de Ouro Preto do cargo e exigindo que o Imperador escolhesse, entre uma lista de indicados, o sucessor do ministro.

O escolhido, Gaspar Martins, era um inimigo político do marechal Deodoro da Fonseca, militar que coordenou a deposição de Ouro Preto. Esse fato foi entendido pelos militares como uma afronta. Eles, então, entregaram a D. Pedro II um ultimato para que ele e sua família se retirassem do país, proclamando a república como novo regime de governo. Quem assumiu o cargo de primeiro presidente da República do Brasil foi o próprio marechal Deodoro da Fonseca.

©Pinacoteca do Estado de São Paulo

CAIXTO, Benedito. *Proclamação da República*. 1893. 1 óleo sobre tela, color., 123,5 cm x 198 cm. Pinacoteca do Estado de São Paulo.



No dia 15 de novembro de 1889, foi proclamada a república – pouco mais de um ano após a abolição da escravidão.

É importante ressaltar que todos os fatores que geraram a crise do Segundo Reinado estavam interligados. Os conflitos na região platina, como a Guerra do Paraguai, elevaram a dívida externa brasileira perante a Inglaterra e, conseqüentemente, houve o aumento dos impostos. Militares que participaram dos conflitos voltaram com ideias para a formação de um novo Brasil: republicano e livre da escravidão. Os conflitos com a Igreja Católica e com os adeptos da permanência do trabalho escravo no Brasil enfraqueceram ainda mais o Império, que não conseguiu se manter.



O que já conquistei

10 Sugestão de abordagem de atividade.

- 1 Na página de abertura do capítulo, há uma fotografia na qual estão retratados D. Pedro II e sua filha, a princesa Isabel. Escreva sobre a participação da Princesa na política brasileira durante o século XIX.

Os alunos devem contemplar em suas respostas que a Princesa era próxima do pai e estava sempre ciente das questões políticas que envolviam o Estado brasileiro. Foi ela quem assinou a Lei Áurea, ou Lei João Alfredo, que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil.

- 2 Relacione os conflitos na região platina com a criação de grupos republicanos entre os militares brasileiros.

Os militares que lutaram nas guerras platinas entraram em contato com países republicanos. Esse fato despertou neles a preferência pela república e os incentivou a participar mais das decisões políticas. Por esse motivo, foram criados inúmeros clubes republicanos.

- 3 Relacione o movimento abolicionista, a questão religiosa e a questão militar como fatores que, encadeados, levaram ao fim do Segundo Reinado.

Esperamos que os alunos destaquem que o movimento abolicionista não foi bem recebido por diversos grupos de donos de escravizados. O processo gradual que se desenvolveu para a libertação dos escravizados também descontentou outra parcela da população, que via na permanência do escravismo um sinal de atraso e de maldade. O Imperador, que já não tinha muita popularidade,

ficou ainda mais malvisto quando se desentendeu com os membros do clero em um país marcado fortemente pelo catolicismo.

Quando houve a perda do apoio dos militares, D. Pedro II não conseguiu se manter no poder.

- 4 (ENEM)

De volta do Paraguai

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...



S. Artigues Agostini

AGOSTINI, A vida fluminense, ano 3, n. 128, 11 jun. 1870, In: LEMOS, R. (Org.) Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001). Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (Adaptado)

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos "Voluntários da Pátria" que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidenciada na

- x a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.

6 (ENEM)

TEXTO I

Documentos do século XVI algumas vezes se referem aos habitantes indígenas como "os brasis", ou "gente brasilica" e, ocasionalmente no século XVII, o termo "brasileiro" era a eles aplicado, mas as referências ao status econômico e jurídico desses eram muito mais populares. Assim, os termos "negro da terra" e "índios" eram utilizados com mais frequência do que qualquer outro.

CHWARTZ, S. B. Gente da terra braziliense da nação. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.) Iagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

TEXTO II

Índio é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o outro, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

Ao comparar os textos, as formas de designação dos grupos nativos pelos europeus, durante o período analisado, são reveladoras da

- a) concepção idealizada do território, entendido como geograficamente indiferenciado.
- b) percepção corrente de uma ancestralidade comum às populações ameríndias.
- x c) compreensão etnocêntrica acerca das populações dos territórios conquistados.
- d) transposição direta das categorias originadas no imaginário medieval.
- e) visão utópica configurada a partir de fantasias de riqueza.

6 (ENEM)

A fotografia, datada de 1860, é um indício da cultura escravista no Brasil, ao expressar a

- x a) ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores.
- b) integração dos escravos aos valores das classes médias, cultivando a família como pilar da sociedade imperial.
- c) melhoria das condições de vida dos escravos observada pela roupa luxuosa, associando o trabalho doméstico a privilégios para os cativos.
- d) esfera da vida privada, centralizando a figura feminina para afirmar o trabalho da mulher na educação letrada dos infantes.
- e) distinção étnica entre senhores e escravos, demarcando a convivência entre estratos sociais como meio para superar a mestiçagem.



Fotografia de Augusto Gomes Leal e da ama de leite Mônica, cartão de visita de 1860.